

Semanas atrás, o Brasil não parecia ter nenhuma pressa em acelerar o processo de renegociação da dívida externa, tanto com os organismos oficiais quanto com os bancos comerciais. Todavia, depois do acordo preliminar com o Fundo Monetário Internacional, todos de repente parecem interessados em apressar ao máximo as negociações. Ainda que isso possa configurar uma exigência do organismo internacional, reflete igualmente o desejo da equipe governamental de pôr termo a um problema que vinha obscurecendo o futuro da conjuntura econômica nacional.

É provável que a carta de intenção seja muito vaga quanto à renegociação com os bancos credores, sendo porém mais específica na retomada dos contatos com o Clube de Paris, cujos representantes dispõem de votos decisivos no board do FMI. O que não quer dizer que o organismo internacional não tivesse apresentado exigências relacionadas com a renegociação com os bancos credores. De fato, tem o FMI uma arma importante em relação ao Brasil: o board (que sempre costuma entrar em férias depois da reunião anual) somente poderá reunir-se no final de outubro, na melhor das hipóteses, por estar totalmente empenhado na preparação do en-

contro, que se iniciará no dia 19. Até essa data terá o governo brasileiro de comprovar sua boa vontade em iniciar oficialmente a renegociação com os bancos credores, tarefa que se prevê extremamente difícil. A ministra Zélia Cardoso de Mello já anunciou que, provavelmente depois de um contato informal com os banqueiros na reunião anual do FMI e do Banco Mundial, nossos representantes se reunirão no dia 10 de outubro com o comitê de assessoramento em Nova York.

É interessante notar que até agora se havia anunciado que somente após a solução da pendência com o Clube de Paris iniciaria o governo a negociação com os bancos. Hoje se admite que as duas conversações possam ocorrer paralelamente. É provável que o acordo com o Clube de Paris seja muito menos difícil, uma vez que já teremos assinado a carta de intenção destinada ao FMI. Aliás, o diretor-geral do organismo internacional, Michel Camdessus, já deu sinal verde ao Clube de Paris para que inicie conversações com o Brasil, admitindo que uma vez iniciados os contatos oficiais com o comitê de assessoramento dos bancos não terá o País nenhuma dificuldade para obter o crédito stand by do FMI.

É provável, todavia, que o Clube de Paris antes de iniciar tais conversações venha a exigir que os juros atrasados sejam pagos ou pelo menos comecem a sê-lo. Sabe-se que por ter acumulado atrasados com o organismo dificilmente conseguirá o Brasil, conforme ocorreu da última vez, uma redução do capital devido, mas apenas um alongamento dos prazos de amortização.

É possível que os bancos credores exijam da parte do Brasil (sem que isso possa parecer uma condição do FMI) um pagamento simbólico dos juros atrasados, visando a uma solução para as prestações não pagas. Convém lembrar que no dia 15 o Brasil teria de pagar mais 2,1 bilhões de dólares, o que eleva a 9,6 bilhões os juros atrasados. Um gesto de boa vontade do País, que dispõe de reservas importantes, devendo ainda receber novos empréstimos nos próximos meses (sendo 333 milhões do FMI em dezembro ou janeiro), seria certamente muito bem recebido pelos bancos credores e facilitaria uma renegociação que necessariamente deverá incluir a capitalização de uma parte dos juros devidos.

A atual pressa do governo não visa apenas satisfazer o FMI, ainda que constitua um fator não desprezível, mas sabe-se

que a partir do acordo com o organismo poderemos obter grandes dividendos. Com efeito, o seu aval favorece a liberação pela organização-irmã, o Banco Mundial, de recursos muito mais importantes do que aqueles decorrentes do crédito stand by do FMI (US\$ 2 bilhões em seis parcelas trimestrais, mas condicionadas...). Por outro lado, contamos com duas promessas ligadas ao acordo com o FMI: uma é relativa à ajuda do Japão, que até agora não se concretizou, partindo a outra do governo italiano, pronto a financiar importantes operações do Brasil.

Não podemos esquecer que o País atravessa período de vacas magras quanto aos investimentos e por falta de recursos isso poderá se prolongar por muito tempo. Somente com aportes externos poderemos sonhar com novo impulso aos investimentos privados, especialmente para modernizar um parque industrial que começa a se ressentir seriamente da política de abertura do governo Collor. Acertar nossa posição com os bancos credores permitirá melhor entrosamento com o Primeiro Mundo, mas a obtenção de novos recursos é indispensável para que se possa amenizar os efeitos da política de luta contra a inflação.